

Respostas aos Recursos 0031 - CONTADOR

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta alterada para:
Questão 34 – 1 Questão 41 – 2 Questão 31 – 3 Questão 33 – 4	<p>Em face dos argumentos em recurso sobre a questão, saliento que de fato, a Lei nº 11.638/2007 alterou a Lei nº 6.404/1976 e extinguiu a conta de Reserva de Reavaliação, substituindo-a por Ajustes de Avaliação Patrimonial. Contudo, o conceito central da questão permanece correto, pois o aumento de valor na reavaliação é reconhecido no patrimônio líquido. A nomenclatura específica (Reserva de Reavaliação vs. Ajustes de Avaliação Patrimonial) é um detalhe técnico que não invalida a essência da resposta. A norma contábil internacional (IAS 16) e o CPC 27 permitem a reavaliação, reconhecendo aumentos no patrimônio líquido, mesmo que a terminologia tenha sido alterada.</p> <p>Saliento ainda que, embora a alternativa "b" afirme corretamente que uma diminuição no valor justo deve ser reconhecida no resultado do exercício, a questão pede especificamente por uma afirmação verdadeira sobre o reconhecimento positivo de reavaliação no patrimônio líquido. A alternativa "d" cobre essa condição de maneira mais completa e específica, indicando o tratamento correto do aumento de valor, alinhando-se com as práticas contábeis internacionais e o CPC 27.</p> <p>A Lei nº 11.638/2007 não proibiu a reavaliação de ativos, mas sim alterou a forma de contabilização dos ajustes de reavaliação. O CPC 27, alinhado às normas internacionais, permite a reavaliação de PPE, devendo ser reconhecida no patrimônio líquido, embora sob a conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial e não mais Reserva de Reavaliação. Portanto, a prática da reavaliação é permitida e regulada, e a essência da questão e da alternativa "d" permanece válida.</p> <p>A reavaliação de PPE é permitida e regulada pelo CPC 27, alinhado às normas internacionais. A alteração na terminologia de Reserva de Reavaliação para Ajustes de Avaliação Patrimonial não invalida a essência do reconhecimento de aumentos no patrimônio líquido. A alternativa "d" é adequada e completa, refletindo corretamente as práticas contábeis permitidas e exigidas.</p>	INDEFERIDO	

	<p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>		
<p>Questão 43 – 1</p> <p>Questão 49 – 2</p> <p>Questão 44 – 3</p> <p>Questão 35 – 4</p>	<p>Em face dos argumentos apresentados, quanto as alternativas, saliento que (A): "Custos indiretos variam com o volume de produção, enquanto custos fixos permanecem constantes, independentemente da quantidade produzida." De fato, custos indiretos podem ser fixos ou variáveis. Portanto, esta alternativa não é correta, pois simplifica incorretamente a natureza dos custos indiretos.</p> <p>Quanto a alternativa “B” Concordamos que custos fixos podem ser indiretos e que ambos os tipos podem necessitar de critérios de rateio. Portanto, esta alternativa está incorreta ao sugerir que custos fixos são diretamente atribuíveis a produtos, o que não é sempre o caso.</p> <p>Quanto ao descrito em “C” ressalto que a alternativa destaca corretamente que custos indiretos não podem ser atribuídos diretamente a um objeto de custo específico. Embora nem todos os custos fixos sejam diretamente atribuíveis a produtos, a principal distinção aqui é que os custos indiretos necessitam de rateio enquanto os fixos permanecem constantes independentemente do volume de produção, o que justifica a escolha desta opção como correta.</p> <p>Quanto a “D”, esta alternativa está incorreta, pois simplifica indevidamente a natureza dos custos indiretos ao categorizá-los apenas como variáveis.</p> <p>Já em “E”, esta alternativa é claramente incorreta, pois não considera que custos fixos e indiretos podem estar presentes em diversos setores da empresa.</p> <p>As fontes literárias citadas (Eliseu Martins, Horngren, Datar e Rajan, e Alberto de Castro) corroboram a definição de que custos indiretos são aqueles que não podem ser diretamente atribuídos a um produto ou serviço específico e normalmente requerem um critério de rateio. Custos fixos, por outro lado, são aqueles que permanecem constantes independentemente do volume de produção ou vendas.</p> <p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca</p>	INDEFERIDO	

	<p>examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>		
<p>Questão 44 – 1</p> <p>Questão 46 – 2</p> <p>Questão 42 – 3</p> <p>Questão 47 – 4</p>	<p>Em face dos recursos apresentados, inicialmente, destaco as seguintes definições, quais sejam os seguintes: Custos fixos totais: Permanecem constantes em termos absolutos, independentemente do volume de produção. Custos fixos unitários: Variação inversamente proporcional à quantidade produzida, diminuindo à medida que a produção aumenta.</p> <p>A questão perguntou especificamente como os custos fixos impactam a estrutura de custos de uma empresa, considerando o conceito de economias de escala. O conceito de economias de escala se refere ao efeito que o aumento da produção tem sobre a redução do custo fixo unitário.</p> <p>Alternativa A: "Reduzem-se proporcionalmente com o aumento da produção, contribuindo para a diminuição do custo unitário." — Esta alternativa refere-se explicitamente ao comportamento dos custos fixos unitários. Alternativa C: "Mantêm-se inalterados, independentemente do nível de atividade da empresa, influenciando o custo por unidade com base na escala de produção." — Esta alternativa descreve corretamente a natureza dos custos fixos totais e sua influência no custo unitário através das economias de escala.</p> <p>A alternativa correta (C) foi escolhida porque descreve adequadamente o comportamento dos custos fixos totais, que é fundamental para entender a base das economias de escala. Este é um conceito amplamente aceito e utilizado nas análises de custos empresariais. Embora a alternativa (A) descreva o comportamento dos custos fixos unitários, o enunciado da questão visava uma compreensão geral de como os custos fixos impactam a estrutura de custos, e não apenas a perspectiva unitária. A inclusão da frase "considerando o conceito de economias de escala" orienta a resposta para o impacto dos custos fixos totais na estrutura de custos.</p> <p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>	INDEFERIDO	
<p>Questão 45 – 1</p> <p>Questão 31 – 2</p>	<p>Em face do recurso apresentado salientamos que o método de custeio direto (ou variável) concentra-se exclusivamente nos custos variáveis de produção, tais como matérias-primas e mão</p>	INDEFERIDO	

<p>Questão 36 – 3</p> <p>Questão 43 – 4</p>	<p>de obra direta, excluindo custos fixos indiretos da alocação direta aos produtos. A principal vantagem reconhecida pela literatura contábil é a facilidade que ele proporciona na tomada de decisões gerenciais, pois oferece uma visão clara e direta dos custos variáveis de produção. Essa visão permite que os gestores analisem o impacto das variáveis diretamente controláveis na margem de contribuição e na rentabilidade dos produtos.</p> <p>Quanto a alternativa B: "Facilita a tomada de decisão por fornecer uma visão clara do custo variável de produção." Esta alternativa destaca a vantagem central do método de custeio direto, que é amplamente reconhecida como a principal razão pela qual este método é preferido em análises gerenciais e na tomada de decisões estratégicas. O foco nos custos variáveis permite uma avaliação mais precisa da margem de contribuição de cada produto, ajudando a identificar quais produtos são mais lucrativos e quais estratégias podem ser adotadas para aumentar a rentabilidade.</p> <p>Já a alternativa D: "Elimina a necessidade de calcular e aplicar taxas de absorção de custos indiretos." Embora a eliminação da necessidade de calcular taxas de absorção de custos indiretos seja uma vantagem prática do método de custeio direto, ela não é considerada a principal vantagem na literatura contábil. Esta característica simplifica a contabilidade, mas não contribui de forma tão direta e significativa para a gestão e a tomada de decisões estratégicas como a clareza na visão dos custos variáveis.</p> <p>A literatura contábil e gerencial é clara ao posicionar a capacidade de facilitar a tomada de decisão, por meio da análise dos custos variáveis, como a principal vantagem do método de custeio direto. Livros de referência, tais como "Contabilidade de Custos" de Eliseu Martins e "Gestão de Custos e Formação de Preços" de Antonio Cesar Amaru Maximiano, corroboram esta visão.</p> <p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>		
<p>Questão 46- 1</p> <p>Questão 48- 2</p>	<p>Em face do recurso apresentado, cumpre esclarecer os seguintes pontos com relação à questão que aborda o impacto que o custeio por absorção pode ter sobre os relatórios financeiros de uma empresa. A questão foi elaborada para avaliar o entendimento sobre os principais impactos do</p>	INDEFERIDO	

<p>Questão 47- 3</p>	<p>custeio por absorção, sendo dada como correta a alternativa "b) Tende a mostrar uma margem de lucro maior no curto prazo, pois distribui todos os custos de produção pelos produtos fabricados".</p>		
<p>Questão 49- 4</p>	<p>A alternativa "b" foi considerada correta porque, de fato, o custeio por absorção aloca todos os custos de produção, incluindo custos fixos, aos produtos fabricados. Quando a produção é alta e as vendas não acompanham esse ritmo, parte dos custos fixos é "estocada" nos produtos ainda não vendidos, o que resulta em uma margem de lucro aparente maior no curto prazo. Isso ocorre porque nem todos os custos fixos são imediatamente reconhecidos como despesas, mas sim capitalizados como parte do custo dos estoques.</p> <p>A alternativa "e" menciona que o custeio por absorção aumenta a complexidade da análise de custo-benefício, o que, embora possa ser verdade em um sentido amplo, não é o impacto primário ou principal que afeta diretamente os relatórios financeiros. A complexidade de análise de custos é uma consequência indireta do método de custeio por absorção, mas não se destaca como o impacto principal na apresentação dos resultados financeiros.</p> <p>O principal objetivo da questão é identificar o impacto primário que o custeio por absorção tem nos relatórios financeiros. Enquanto a alternativa "e" trata de um efeito secundário ou colateral da metodologia (complexidade na análise de custo-benefício), a alternativa "b" aborda diretamente o impacto no lucro reportado, que é a questão central de relatórios financeiros.</p> <p>A interpretação de que a análise de custo-benefício se torna mais complexa é uma avaliação que depende do uso interno das informações pela gestão, não sendo um impacto diretamente mensurável nos relatórios financeiros apresentados. A alternativa "b" é objetiva e mensurável, destacando um efeito direto do método sobre os demonstrativos financeiros.</p> <p>As normas contábeis e princípios geralmente aceitos enfatizam a precisão na alocação de custos e na apresentação fiel dos resultados financeiros. O reconhecimento de custos no curto prazo afeta diretamente os resultados e a tomada de decisões, sendo este o ponto mais relevante a ser considerado.</p> <p>Portanto, mantendo o foco na essência da questão, que busca o impacto direto nos relatórios financeiros, a alternativa "b" é de fato a única correta. A alternativa "e", apesar de abordar uma consequência do método de custeio por absorção, não se destaca como o impacto principal ou direto nos relatórios financeiros.</p>		

	<p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF)</p> <p>Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.</p>		
<p>Questão 50- 1</p> <p>Questão 34- 2</p> <p>Questão 45- 3</p> <p>Questão 46- 4</p>	<p>Conforme estabelecido pelo art. 7º da Lei nº 5.172/1966 (CTN), de fato, a competência tributária não pode ser delegada. Entretanto, o que o artigo permite é a delegação das funções de arrecadar e fiscalizar tributos, mas não a competência para instituí-los ou para variar as alíquotas conforme o total de receitas. Isso significa que a entidade responsável pela arrecadação pode ser delegada, mas as regras sobre a variação das alíquotas continuam a seguir diretrizes específicas estabelecidas pela legislação aplicável.</p> <p>A Lei nº 8.212/1991 estabelece as alíquotas básicas da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento em 20%. Além disso, existem adicionais de 1%, 2% ou 3% conforme o risco de acidentes do trabalho. Embora o candidato tenha mencionado que as alíquotas não variam com o total de receitas, é importante esclarecer que há regimes especiais como a desoneração da folha de pagamento, onde a contribuição previdenciária é calculada sobre a receita bruta da empresa.</p> <p>A contribuição previdenciária pode variar conforme o setor de atuação da empresa, especialmente para setores beneficiados pela desoneração da folha. Para essas empresas, a alíquota aplicada sobre a receita bruta pode ser diferente das alíquotas padrão de 20% sobre a folha de pagamento. Essa flexibilidade é crucial para refletir as especificidades econômicas de diferentes setores.</p> <p>A alternativa B ("Varia conforme o setor de atuação da empresa e o total de receitas.") reflete corretamente o conceito de variabilidade das alíquotas em relação ao setor de atuação da empresa, especialmente em regimes diferenciados como a desoneração da folha. A menção ao "total de receitas" está alinhada com os casos onde a base de cálculo da contribuição previdenciária é a receita bruta, um fator significativo na legislação tributária atual.</p> <p>Diante dos pontos apresentados, a alternativa B permanece como a resposta correta, pois abrange corretamente a variação das alíquotas conforme o setor de atuação da empresa e, em casos específicos, conforme a receita bruta.</p> <p>Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle jurisdicional sobre os concursos públicos não pode se imiscuir na aferição dos critérios de correção da banca</p>	INDEFERIDO	

	examinadora, nem na formulação das questões ou na avaliação das respostas. (STF – MS 30.859/DF) Prezando pela lisura do certame, INDEFIRO o recurso.		
--	---	--	--